

mática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Frequentou, no Instituto de Altos Estudos Militares, o curso geral de Comando e Estado-Maior (1982-1983), o curso de Estado-Maior (1987-1988) e o curso superior de Comando e Direcção (1997-1998).

Foi professor catedrático da Academia Militar de 1983 a 1987 e, nesse período, membro da sua Comissão de Investigação e Desenvolvimento.

Durante oito anos foi professor do Instituto de Altos Estudos Militares, tendo coordenado, de 1998 a 2000, o Departamento de Ensino de Administração.

De 1994 a 1996 chefiou o Centro de Finanças da Região Militar do Sul e, de 1996 a 1997, dirigiu o Centro de Finanças Geral. De 2000 a 2004 foi director dos serviços de Finanças do Exército e, simultaneamente, presidente do Conselho do Serviço de Administração Militar.

Desde 15 de Outubro de 2004 é vogal do conselho de direcção do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Desempenhou uma comissão de serviço por imposição em Moçambique, nos anos de 1974 e 1975.

Foi louvado por 15 vezes, 4 das quais pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e possui as seguintes condecorações:

- Duas medalhas de prata de serviços distintos;
- Medalhas de mérito militar de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes;
- Grau de cavaleiro da Ordem Militar de Avis;
- Medalha D. Afonso Henriques — patrono do Exército — 2.ª classe;
- Medalhas de ouro e prata de comportamento exemplar;
- Medalha comemorativa das campanhas das Forças Armadas Portuguesas — Moçambique.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 331/2006. — O Programa Ligar Portugal, integrado no Plano Tecnológico, visa mobilizar a sociedade civil para os desafios estratégicos da sociedade de informação e do conhecimento e determina a necessidade de concentrar um grande esforço num conjunto de acções que, no âmbito das orientações estratégicas já definidas pelo Governo, permitam a dinamização de um novo ciclo mobilizador da sociedade de informação e do conhecimento em Portugal.

Tal objectivo implica que seja dada especial atenção ao programa que, no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, é especificamente dirigido à sociedade do conhecimento, o Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, procurando maximizar os seus resultados, utilizando os recursos financeiros disponíveis com a máxima eficiência, o que exige que os meios humanos afectos à sua gestão, acompanhamento e controlo sejam adequados, não só em termos quantitativos e qualitativos como organizacionais.

Considerando que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, o gestor do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento é apoiado, no exercício das suas funções, pelos gestores dos eixos prioritários, mas que nenhum dos lugares de gestor de eixo se encontra, actualmente, preenchido;

Considerando que a chefe de projecto do Gabinete de Gestão do referido Programa, Ana Maria Moreira Teixeira de Mendonça, tem vindo a exercer funções no âmbito da vertente «Portugal digital», desde Fevereiro de 2002, possuindo os conhecimentos e a experiência que aconselham a sua nomeação para um dos lugares de gestor de eixo:

Determina-se, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no n.º 4 do artigo 4.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, o seguinte:

1 — É nomeada gestora do eixo prioritário «Portugal digital» do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, até ao seu encerramento, Ana Maria Moreira Teixeira de Mendonça.

2 — O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

13 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Ana Maria Moreira Teixeira de Mendonça.

Data de nascimento — 4 de Novembro de 1949.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas — bacharel em Filologia Germânica (Universidade de Lisboa, 1975).

Experiência profissional:

Funções actuais — chefe de projecto do Gabinete de Gestão do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento;
2000-2002 — assessora no Gabinete do Ministro da Ciência e da Tecnologia;

1990-1999 — técnica superior na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), na Divisão de Acompanhamento e Avaliação do QCA. Durante este período:

1995-1999 — secretaria a comissão governamental de coordenação dos fundos comunitários;

A partir de 1997 — assessora da direcção da DGDR;

Em 1999 — integra a comissão de coordenação técnica de elaboração do PDR 2000-2006;

Consultora de organismos internacionais;

1983-1990 — membro da direcção da CIDAC (ONG);

1978-1983 — responsável pelo departamento de informação e cooperação da CIDAC com Moçambique;

1981-1988 — consultora do Governo Moçambicano;

Diversos trabalhos de consultadoria realizados para a Comissão Europeia e para outros organismos internacionais, no âmbito de experiências de desenvolvimento em países do terceiro mundo;

Observadora internacional em processos eleitorais, nomeadamente em Angola, em Moçambique e na Eritreia.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 8362/2006 (2.ª série). — Considerando que ocorreu a cessação da comissão de serviço do subdirector-geral de Viação, engenheiro Carlos Manuel Serra Mosqueira, em 31 de Dezembro de 2005;

Considerando que, de acordo com os n.ºs 3 e 4 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o exercício de funções em regime de gestão não poderá exceder o prazo de 90 dias;

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º do supra-citado diploma, em caso de vacatura do lugar, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição;

Considerando que a Direcção-Geral de Viação vai ser alvo de uma reestruturação profunda, no âmbito do PRACE, o que consequentemente determina que eventuais situações de substituição possam subsistir por mais de 60 dias;

Determino, tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — A manutenção da comissão de serviço supra-referida, em regime de substituição.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Março de 2006.

30 de Março de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 8363/2006 (2.ª série). — Por despacho do director nacional de 22 de Março de 2006, é dada por finda, a pedido, a comissão de serviço, nos termos do n.º 8 do artigo 62.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, do cargo de segundo-comandante

da PSP de Angra do Heroísmo do comissário M/129142, Manuel Luís do Nascimento.

24 de Março de 2006. — Pelo Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*, subintendente.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 4550/2006 (2.ª série). — Por despacho da governadora civil de 28 de Março de 2006, depois de confirmado o cabimento orçamental pela 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002:

Patrícia Carla Balisa Santiago Maia Ribeiro Marques, assistente administrativa, em regime de contrato administrativo de provimento, no Instituto Politécnico de Lisboa — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 199, escalão 1.

Manuel Fernando Cipriano Frieza, assistente administrativo, em regime de contrato administrativo de provimento, no Agrupamento de Escolas de Porto Salvo — nomeado provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativo do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

Sofia Carla Belchior Fonseca Alminhas Teixeira, assistente administrativa, em regime de contrato administrativo de provimento, na Direcção-Geral dos Registos e Notariado — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

Ana Isabel Damas de Andrade, assistente de administração escolar, em regime de contrato administrativo de provimento, no Agrupamento Vertical de Escolas Quinta Nova da Telha — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

Maria Adelaide Silveira Jesus Costa Casal, assistente de administração escolar, em regime de contrato administrativo de provimento, no Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

Isabel Maria Ribeiro Gil, assistente de administração escolar, em regime de contrato administrativo de provimento, no Agrupamento de Escolas Paulo da Gama — nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de ingresso, sendo fixada a remuneração correspondente ao índice 209, escalão 2.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2006. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 4551/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Euclides Ramos Mendes, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 20 de Dezembro de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4552/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Daniel Lutina, natural de Dumbo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 3 de Maio de 1968, o qual poderá

gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4553/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Insum, natural de Buba, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Novembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4554/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aliu Sambú, natural de Binar, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 19 de Outubro de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4555/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carla Esmeralda Delgado Landim, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 10 de Dezembro de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4556/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aissato Mendes, natural de Cachungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 21 de Junho de 1956, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4557/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rachid Baldé, natural de Contabane, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Agosto de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 4558/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isabel Mendes Semedo, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 8 de Julho de 1957, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82,